

Parlamentares apóiam grupo criado no governo

Comissão coordenada por Canhim vai investigar uso de verbas do Executivo e ação de empreiteiras

BRASÍLIA — O senador Élcio Álvares (PFL-ES) disse ontem que a comissão criada pelo presidente Itamar Franco para investigar a corrupção no Poder Executivo é a principal consequência dos trabalhos da CPI do Orçamento. Coordenada pelo ministro-chefe da Secretaria da Administração Federal, Romildo Canhim, a comissão deve usar as informações obtidas pela CPI como ponto de partida para apurar a aplicação de verbas da União pelo Executivo e sua relação com empreiteiras. "Nossa CPI não termina com o relatório final, pelo contrário, abre caminhos para novas investigações no Executivo e no Judiciário" afirma Álvares, da subcomissão de subvenções sociais.

O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) acha a iniciativa do governo "muito importante". Como coordenador da subcomissão de emendas, ele acredita a corrupção na aprovação das emendas ao Orçamento não se consumaria sem a participação do Executivo. "É importante investigar a relação do Executivo com as empreiteiras."

A decisão de suspender a apresentação do relatório parcial da CPI — adotada sexta-feira e que serviu para aliviar o clima de tensão que predominou durante a semana — não impediu que os parlamentares praticamente concluíssem os relatórios parciais de suas áreas ontem. Os das subcomissões de emendas e de subvenções sociais, já estavam quase prontos. Álvares afirmou que

a suspensão não impede o seqüestro de bens ou outras ações por parte da Justiça contra os envolvidos. Conforme explicou, a Procuradoria-Geral da República pode receber os relatórios das subcomissões e, quando julgar necessário, pedir instauração de ação cível ou penal, sem depender da CPI.

Segundo Sigmaringa, a preocupação da subcomissão de emendas não era só investigar a ação dos parlamentares acusados, mas mostrar, no relatório, o mecanismo de controle de distribuição de verbas que existia na Comissão do Orçamento e que era dominado por cerca de 15 parlamentares — incluídos os Sete Anões.

O deputado disse que a subcomissão vai propor modificações na "estrutura viciada" do Orçamento, no funcionamento da comissão, e na lei de licitações. A subcomissão começaria a analisar ontem o conteúdo dos dis-

quetes da Odebrecht. Ele disse que deve ser usado o mesmo critério quanto aos nomes de parlamentares e outras autoridades que aparecerem nos documentos: se houver indícios, devem ser investigados, mesmo que seja necessário prorrogar os trabalhos da CPI de novo.

Álvares não alimenta muitas expectativas quanto ao depoimento do empresário Paulo César Farias à CPI, na segunda-feira. Ele acha que PC não vai falar quase nada, para não entrar em atrito com ninguém. O senador garantiu porém, que o interrogatório será severo, embora respeitoso. Ele e os deputados Odacir Klein (PMDB-RS), Luiz Salomão (PDT-RJ), Sérgio Miranda (PC do B-MG), Fernando Freire (PPR-RN), reúnem-se amanhã para analisar depoimentos já prestados por PC e traçarem sua estratégia.

SENADOR
ESPERA
POUCO DE
PC FARIAS